

Questão Discursiva 03982

Uma empresa propôs execução de título extrajudicial contra outra empresa, a qual somente aos um longo período foi citada na pessoa de seu representante legal. Como não foram localizados bens em nome da executada, a exequente pediu a desconsideração da personalidade jurídica da parte adversa, a fim de atingir o patrimônio pessoal do responsável legal, o qual foi citado e apresentou exceção de pré-executividade, alegando que até então — cinco anos aos o vencimento do título (uma nota promissória) e quase três anos da propositura da ação não tinha conhecimento da existência do processo e que a pretensão executória da credora estava prescrita. Também alegou que a causa interruptiva da prescrição (citação) diz respeito unicamente ao primitivo executado e que não podem interromper a prescrição, em relação ao excipiente, causas que nunca lhe disseram respeito ou que nunca antes o vincularam a um título de cuja relação creditícia não fazia parte. Pergunta: como deve ser julgada a exceção de pré- executividade, e com que fundamentos?